



Impugnação ao Termo de Indeferimento da Opção pelo Simples Nacional

1. IDENTIFICAÇÃO

Nome Empresarial - Matriz	CNPJ

2. IDENTIFICAÇÃO DA DELEGACIA DA RFB DE JULGAMENTO

Município	UF

3. TERMO DE INDEFERIMENTO

Número	Data

4. REQUERIMENTO

A pessoa jurídica acima identificada, por seu representante legal, não se conformando com o termo de indeferimento acima referido, vem, respeitosamente, no prazo legal, com amparo no que dispõe o artigo 15 do Dec. 70.235/72, apresentar sua impugnação, pelos motivos de fato e de direito que se seguem (art. 16, inciso II, do Dec.70.235/72).

5. ASSINATURA

Nome	CPF
Data	Assinatura (este documento pode ser assinado digitalmente com uso de certificado digital no padrão ICP Brasil)



Impugnação ao Termo de Indeferimento da Opção pelo Simples Nacional

Instruções de Preenchimento do Requerimento

I - OS FATOS: *Descrição dos motivos de fato, de forma minuciosa e clara. Deverão ser descritos aqueles importantes para a solução do conflito.*

II - O DIREITO:

1 - PRELIMINAR: *Nas preliminares pode-se alegar tudo o que ser decidido antes de apreciar o mérito. A preliminar não discute as razões da impugnação e sim as razões que podem modificar, inclusive anular o termo de indeferimento.*

2 - MÉRITO (inciso III e IV do art. 16 do Dec.70.235/72) : *Descrição do direito em que se fundamenta, os pontos de discordância e as razões e provas que possui (anexá-las).*

III - A CONCLUSÃO (*modelo de conclusão*):

À vista de todo exposto, demonstrada a insubsistência e improcedência do termo de indeferimento, espera e requer a impugnante seja acolhida a presente impugnação para o fim de assim ser decidido, incluindo-a no Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Simples Nacional.

Nestes Termos, Pede Deferimento.

Anexos

1. Cópia simples do ato constitutivo (requerimento de empresário, contrato social, estatuto e ata, conforme o caso) e última alteração, acompanhada dos originais para conferência, ou cópia autenticada;
2. Cópia simples do documento de identidade do representante legal ou mandatário, acompanhada do original para conferência de assinatura, ou cópia autenticada;
3. Caso a impugnação seja assinada por procurador, anexar cópia autenticada ou acompanhada do original de procuração particular com firma reconhecida ou de procuração pública;
4. Termo de Indeferimento impresso;
5. Cópia da tela do “Acompanhamento do Resultado da Solicitação de Opção” pelo Simples Nacional;
6. Certidão negativa de todos os estabelecimentos da empresa (cadastral e de débitos) expedida pelo Estado ou Município, quando houver registro de pendências na tela do “Acompanhamento do Resultado da Solicitação de Opção” pelo Simples Nacional, para a comprovação de que as mesmas foram sanadas;
7. Outros documentos que comprovem as razões e alegações apresentadas na impugnação.